Lopes Cortes Verdasca, tal como evidencia o currículo publicado em anexo, asseguram ter o indigitado o perfil adequado para o desempenho do cargo dirigente a prover:

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º e dos n.os 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em conjugação com o disposto no n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2004, de 28 de Abril, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director regional de Educação do Alentejo o Doutor José Lopes Cortes Verdasca, professor auxiliar da Universidade de Évora.

2 — A presente nomeação produz efeitos reportados a 7 de Fevereiro de 2006.

1 de Setembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues.*

ANEXO

Curriculum vitae

(resumo)

José Lopes Cortes Verdasca nasceu em Montoito-Redondo, em 29 de Setembro de 1952. É licenciado em Economia pela Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça, mestre em Educação, especialidade de Administração Escolar, pela Universidade do Minho, e doutor em Ciências da Educação, com dissertação na área da Administração Educacional, pela Universidade de Évora. É actualmente professor auxiliar do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, pró-reitor para o Observatório do Desenvolvimento do Alentejo e investigador do Centro de Investigação em Educação Paulo Freire, tendo a seu cargo a direcção e coordenação dos seguintes projectos de investigação:

«Redes de emprego e formação no Alentejo», ODA.EU-POEFDS, 2005-2007;

«Turma mais: Uma plataforma giratória no combate ao insucesso e abandono escolares», CIE Paulo Freire-Fundação Calouste Gulbenkian, 2005-2007.

No âmbito de outras actividades de direcção e coordenação de ensino e extensão universitária, destacam-se:

Director do curso de mestrado de Administração Escolar da Universidade de Évora;

Membro do conselho científico da área departamental de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora;

Membro da comissão científico-pedagógica do conselho do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora;

Membro do conselho pedagógico da Universidade de Évora;

Membro da assembleia da Universidade de Évora;

Orientador científico de trabalhos de fim de curso e de projectos de dissertação no âmbito de cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento;

Membro do conselho editorial da *Revista Portuguesa de Investigação Educacional,* do Instituto de Educação da Universidade Católica Portuguesa;

Vereador, em regime de não permanência, da Câmara Municipal de Redondo;

Director regional de Educação do Alentejo, em regime de substituição, desde 7 de Dezembro de 2005.

Tem participado em várias iniciativas na área das ciências da educação no País e no estrangeiro e publicado diversos trabalhos nos domínios da administração, organização e políticas educacionais, sendo de destacar os seguintes:

Instrumentos de Diagnóstico e de Planeamento em Educação, Publicações Universidade de Évora, Évora, 1995, 160 pp.;

Montoito e as Suas Gentes: A Sociedade União e a Sede Nova, Casa do Sul Editora, Évora, 2004, 120 pp.;

O Sistema de Aprendizagem como Rede de Escolarização Oposta: Do Centralismo Normativo às Lógicas e Interpretações Locais dos Actores, Universidade do Minho (dissertação de mestrado), Braga, 1992, 357 pp.;

Desempenho Escolar, Dinâmicas de Evolução e Elementos Configuracionais Estruturantes: Os Casos dos 2.º e 3.º Ciclos do Básico nos Municípios de Évora e de Portel, Universidade de Évora (dissertação de doutoramento), Évora, 2002, 979 pp.;

«Portuguese education system: Organisation and developments», in *School Governorship,* n.º 5, S. Brigley (editor), University of Exeter, Exeter, 1991;

«Direcção e gestão das escolas: As formas de uma reforma», in *A Escola Cultural e os Valores,* Manuel F. Patrício (organizador), Porto Editora, Porto, 1997, pp. 639-656;

«Atitudes de professores face à formação contínua», in *Foco-Informação,* n.º 6, Lisboa;

«Questões de demografia escolar... Explorando o diagrama de fluxos», in *Homenagem ao Professor Augusto da Silva,* Ramos, F., Silva, C., e Marujo, M. (coordenadores), Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, Évora, 2000, pp. 369-386;

«O desempenho escolar no 3.º ciclo: Um olhar com base em configurações hierarquizadas», in *Revista Portuguesa de Investigação Educacional,* n.º 3, Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 73-87;

«Desempenho escolar e elementos configuracionais estruturantes», in *Revista Educação: Temas e Problemas*, n.º 1, ano 1, CIE Paulo Freire, Edições Colibri, 2005, pp. 125-134;

«Análises de fluxos e produtividade escolar», in *Revista Portuguesa de Investigação Educacional,* n.º 4, Universidade Católica Portuguesa, 2005;

«O projecto 'TurmaMais': Dialogando em torno de uma experiência no combate ao insucesso e abandono escolares», in *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, Universidade Católica Portuguesa (a aguardar publicação).

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 19 302/2006

O cargo de director regional de Viação Norte, cuja área de actuação se encontra definida nos artigos 16.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a lei orgânica da Direcção-Geral de Viação), encontra-se vago desde 1 de Setembro de 2006, por aposentação do anterior titular.

Após análise curricular verificou-se que o funcionário Joaquim Gonçalo Coutinho, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, de acordo com o *curriculum vitae* anexo.

Assim, ao abrigo do disposto dos n.os 8 e 9 do artigo 21.º e nos n.º 1 a 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 Agosto, nomeio, em regime de substituição, o licenciado Joaquim Gonçalo Coutinho, assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação, para o cargo de director de serviços da Direcção Regional de Viação Norte.

A nomeação produz efeitos desde 1 de Setembro de 2006.

1 de Setembro de 2006. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro.*

ANEXO

Curriculum vitae

Nome — Joaquim Gonçalo Coutinho.

Habilitações académicas:

Curso de formação de Radiotécnia da Escola Industrial Infante D. Henrique, do Porto, concluído no ano lectivo de 1966-1967, com a classificação final de 14 valores;

Curso de Electrotecnia e Máquinas (engenheiro técnico) do Instituto Industrial do Porto, concluído no ano lectivo de 1970-1971, com a classificação final de 14,3 valores;

Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade do Porto, concluída no ano lectivo de 1980-1981, com a classificação final de 14 valores.

Habilitações profissionais:

Desde 1975 a 1980, professor provisório ou eventual do ensino preparatório, com o tempo de serviço de 3 anos, 8 meses e 27 dias;

Em 1978 frequenta e conclui com aproveitamento o curso de inspectores examinadores da Direcção-Geral de Viação (DGV);

Em 1980 entra para o quadro permanente da DGV, como técnico de 2.ª classe em serviço na Direcção de Serviços de Viação do Norte, com o tempo, nesta categoria, de 3 anos e 28 dias;

Em 1982 frequenta com aproveitamento o curso de pesados de passageiros, em Évora, ministrado pela DGV;

Em 1983, promovido interinamente a técnico superior de 2.ª classe, com o tempo, nesta categoria, de 1 ano;

Em 1985, promovido a técnico superior de 2.ª classe do quadro permanente da DGV através, com o tempo, nesta categoria, de 5 anos, 4 meses e 4 dias;
Em 1990, promovido a técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenharia da DGV, com o tempo, nesta categoria, de 8 anos, 1 mês e 15 dias;
Em 1995, nomeado chefe de divisão, em comissão de serviço, na Delegação Distrital de Viação de Braga, tendo terminado a comissão de três anos;
Em 1998, promovido a técnico superior principal da carreira de engenharia da DGV, com o tempo, nesta categoria, de 3 anos, 5 meses e 2 dias;
Em 1999, nomeado chefe de divisão, em comissão de serviço na Delegação Distrital de Viação de Braga;
Em 2000, nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Condutores da Direcção Regional de Viação Norte, passando, posteriormente, a regime de comissão de serviço com o tempo total, como chefe de divisão, de 6 anos e 9 meses.
Por todo este período substitui o director regional de Viação Norte nas faltas e impedimentos através de respectivo despacho de delegação de competências.

Como técnico e técnico superior, as funções desempenhadas foram:

Divisão de Condutores:

1) Realização de todo o tipo de exames de condução teóricos, práticos e técnicos;
2) Monitor do curso prático de habilitação à categoria de pesado de passageiros destinado a examinadores da Direcção de Serviços de Viação do Norte;
3) Coordenação de serviços de exames e escalas de serviço para província desde 1982 até 1987;
4) Análise de processos de troca de cartas estrangeiras;
5) Pareceres diversos ao nível de Divisão de Condutores;
6) Participação em equipas de inspecção a escolas de condução;
7) Trabalhos de estudo e análise da legislação do âmbito de circulação e segurança rodoviária;

Divisão de Veículos:

1) Realização de todo o tipo de inspecções (iniciais, extraordinárias e IPO);
2) Pareceres sobre assuntos relativos a matrículas de veículos importados individualmente;
3) Estudo e aplicação de legislação sobre ADR/RPE (matérias perigosas);
4) Estudo sobre especificações de montagem de gruas;
5) Estudo sobre compatibilidade de veículos articulados;
6) Análise de projectos de construção e reconstrução de reboques e semi-reboques;
7) Análise de projectos de caixas especiais (lixos, betoneiras, cisternas, etc.);
8) Elaboração de peritagens solicitadas pelos tribunais;
9) Participação em equipas de fiscalização de centros privados de inspecções e exames;
10) Elaboração de pareceres relativos aos assuntos acima referidos que permitam uma tomada de decisão superior;
11) Coordenação do serviço de inspecções ADR desde 1990 até 1995.

Actividades extracurriculares:

Cursos:

1) Gestão de pessoas e equipas, SINASE;
2) Outlook, NTFQ, DGV;
3) Mudança e desenvolvimento organizacional, SINASE;
4) Técnica de entrevista de avaliação do desempenho, SIADAP, SINASE;
5) Curso integrado de processamento de dados, efectuado na Microcamp Porto, que incluía os módulos introdução à informática, MS-DOS, processador de texto Wordstar e Displaywrite, Lotus 123 e Dbase III;
6) Curso de automatização e produtividade, efectuado na Naif, que incluía os módulos alfabetização informática, sistema operativo Windows 95, processador de texto Word, folha de calculo Excel;

Seminários e congressos:

1) Participação num seminário internacional sobre factores humanos no tráfego rodoviário, em Braga, organizado pela Universidade do Minho;
2) Participação no VIII Congresso Mundial da PRI, em Lisboa, organizado pela Prevenção Rodoviária Portuguesa;
3) Participação no seminário promovido pela DGV sobre segurança rodoviária nas localidades;
4) Participação no seminário promovido pela CCR Norte sobre campanha de atendimento ao cidadão;
5) Participação no curso promovido pela DGV;
6) Participação no seminário promovido pela DGV sobre gestão pública e qualidade nos serviços.

Habilitações militares:

Em 1971, incorporado no Exercito Português, como cadete;
Em 1972, mobilizado para a Região Militar de Moçambique, como alferes, desempenhando funções de adjunto de oficial de operações na região de Tete;
Em 1974, louvado pelo comandante do BART 7220;
Desde 21 de Outubro de 1974, encontra-se na situação de disponibilidade.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 19 303/2006

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Pedro Troni de Pedreira Carneiro adjunto do meu Gabinete.
2 — O presente despacho produz efeitos a 30 de Agosto de 2006.

4 de Setembro de 2006. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho.*

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho n.º 19 304/2006

Nos termos conjugados da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 89.º e do n.º 1 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, é prorrogada, por mais dois anos, a licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional na qualidade de agente temporário — assistente-adjunto — na Direcção-Geral das Pescas (DGFISH) da Comissão Europeia, que foi concedida a Alexandre José Coelho, inspector técnico especialista da carreira de inspector técnico do quadro de pessoal da ex-Inspecção-Geral das Pescas, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado.* — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimetno Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira,* Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 19 305/2006

Considerando que a Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., constituída pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, tem como objecto principal a prestação de serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional, à qual são atribuídas missões específicas de desenvolvimento, modernização e gestão das infra-estruturas;
Considerando que o Banco Europeu de Investimento (BEI) se propõe conceder à REFER, E. P., um empréstimo, no montante de € 55 000 000, com a garantia pessoal do Estado, que constitui a tranche C, e última, de um pacote de financiamento de € 255 000 000, aprovado pelo BEI, para financiamento da concepção e construção de obras ferroviárias de modernização das linhas de Sintra, Douro, Porto-Braga e Porto-Guimarães;
Considerando que o investimento se reveste de manifesto interesse para a economia nacional ao inserir-se no processo de modernização